

Juruna nega intenção de ofender ministros

BRASÍLIA — O deputado do PDT e ex-cacique Mário Juruna esteve ontem de manhã com o líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, para saber o que há realmente contra ele. Juruna está com seu mandato ameaçado, pois 12 ministros de Estado — alegando que o ex-cacique os teria chamado de *ladroes* em um discurso — entraram com uma representação junto à Câmara nesse sentido. No entanto, Mário Juruna afirmou ao líder pedessista que não teve a intenção de ofender ninguém em particular, que suas críticas foram genéricas e, portanto, não tem nada contra qualquer ministro pessoalmente. O próprio Juruna contou à imprensa que Marchezan o aconselhou a procurar cada um dos ministros para que desse individualmente as explicações, sugestão essa que o ex-cacique rejeitou.



Juruna ameaçado de cassação

Domínio da língua

O deputado Sebastião Nery (PDT-RJ) disse ontem não acreditar que o deputado Mário Juruna perca seu mandato, em decorrência do processo que lhe pretendem mover alguns ministros de Estado, ofendidos por pronunciamentos feitos pelo parlamentar índio, Nery acredita que o

episódio se encerrará com uma advertência a Juruna.

Nery acredita que o episódio se encerrará com uma advertência a Juruna. No seu entender, a Câmara não aplicará o rigor do artigo 35 da Constituição a Juruna e atribui suas palavras ofensivas aos ministros como decorrência da falta de domínio da língua portuguesa. "Se o deputado Juruna tivesse falado em língua xavante, certamente não teria dito o que disse. Porém, falou em português. E não tem um bom domínio dessa língua. Daí creio eu, o excesso."

"Ele é relativamente incapaz"

Embora sem emitir um prognóstico pessoal sobre que punição poderá sofrer o deputado Mário Juruna, acusado de ferir o decoro parlamentar por ofensas à honra de alguns ministros, o presidente da Câmara Federal, Flávio Marcellio (PDS-CE), admitiu que o parlamentar do PDT Fluminense, ex-cacique dos Xavantes, deve ter ferido a legislação quando se tornou candidato.

A candidatura do deputado Mário Juruna foi registrada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro sem que, possivelmente, tivesse sido examinada a sua condição de relativamente incapaz, na conformidade do que preceitua o Código Civil. Entre os relativamente incapaz, segundo o Código Civil, estão os indígenas, afirmou, ontem em Fortaleza, o deputado Flávio Marcellio.

O presidente da Câmara explicou que o caso

criado pelo recente pronunciamento de Mário Juruna será examinado pela Mesa Diretora, em reunião já convocada para segunda-feira. "O que pode acontecer a ele, dependendo da decisão inicial da Mesa, é uma punição na forma regimental, que vai desde a advertência, a repreensão, a suspensão do mandato até, em último caso, a cassação do mandato".

Não quero dizer que vai acontecer qualquer uma dessas hipóteses, mas é o que prevê o Regimento Interno da Câmara. O deputado Mário Juruna não foi advertido anteriormente. Por diversas vezes, a presidência tem procurado conter a linguagem que é usada na Câmara. Em relação ao próprio deputado Mário Juruna, esta presidência retirou de publicação um discurso por ele proferido, aplicando-lhe as disposições constantes não só do regimento, mas da própria Constituição" disse o deputado Flávio Marcellio.

As acusações no discurso

"Para mim todo ministério é corrupto, todo ministro é ladrão, todo ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau caráter". Este é um dos trechos do discurso pronunciado na última segunda-feira pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que provocou a reação dos ministros e os levou a pedir providências contra ele à Mesa da Câmara.

Juruna falou a um plenário quase vazio — havia menos de 20 dos 479 deputados — e começou atacando a Funai e o ministério do Interior, por causa da briga dos índios pataxós e posseiros, no sul da Bahia, passando depois a generalizar os ataques aos ministros e ao presidente Figueiredo. "Como o presidente da República, como outros ministros estão roubando", afirmou.

São esses alguns dos principais trechos do discurso: — "Este presidente da República devia tomar conhecimento para queimar todo lixo, queimar toda sujeira que não presta para nós aqui no Brasil. Parece que este presidente da República também ele é contra a Nação indígena, ele é contra o povo. Se fosse presidente bom, tinha tomado atitude do que está acontecendo com o índio".

"Não tem ministro nenhum que presta. Para mim todo ministro é corrupto, todo ministro é ladrão, todo ministro é sem-vergonha, todo ministro é mau caráter. (...) ninguém pode dizer que Juruna não presta. Quem não presta é todo ministro, quem não presta é todo milico, esse pessoal que tira a polícia no quartel contra índio".

"Onde está o direito ao índio? Onde está o direito do ser humano? Só tem direito ser humano milico. Não tem direito ser humano gente pobre. Onde está o direito do povo? Aqui não tem direito nenhum, porque aqui direito do povo é fome, direito do povo é injustiça. O direito do povo é a miséria. Esse é o direito do povo, mas não tem direito do povo para viver, para respirar, para comer, para cantar, para abraçar outro".

"Aqui no Brasil precisa ter gente. O Brasil precisa ter homens de capacidade. Homens de coragem, homens que prestam. Esse pessoal eu não estou muito satisfeito com esses milicos."

Estou muito chateado porque a guerra está aí, a fome está aí, expulsão está aí, injustiça está aí.

"Parece que o presidente da República não está enxergando, quando vem dólar do estrangeiro, ele tira areia dos olhos, quando está acontecendo aqui no Brasil, ele pega a areia e joga nos olhos dele. Quando vem dólar do estrangeiro, faz a limpeza, mas a pobreza do povo ninguém enxerga".

"Queremos mudar o Brasil, o Brasil está precisando mudar, não preciso do Brasil como está hoje".

"O ministro Mário Andreazza está acabando com a gente. Como já disse, ele foi chefe do Transporte e foi quem acabou terra do índio. Ele é responsável. Foi quem fez estrada na terra do índio. Em Waimiri-Atroari, na Amazônia, para fazer estrada, o índio chegava para defender sua terra, mandava Exército matar índio, jogava bomba para cima do índio".

"O ministro da Funai é ministro do empresário e ainda está querendo ser presidente da República e porque?"

"O Brasil, comparação, é como canoa que vai vazia, canoa vai em cima da água e vai e encosta muito bem no barranco. Em volta vem muita gente em cima da canoa afunda até embaixo da água. O piloto sai, o resto morre. Então é mesma coisa com o Brasil que está afundando. Como esse presidente do Banco Central, que saiu e não conseguiu tirar mais a canoa, entregou a canoa para Pastore, mas ele não vai conseguir tirar".

"Todos nós estamos chamando o ministro Delfim Neto de ladrão, o pior que existe no Brasil. Não é só Delfim que é ladrão, não é só Delfim que está roubando a terra no Brasil. Se tivesse só o ministro Delfim Neto roubando o dinheiro da Nação ele já tinha sido demitido há muito tempo. E como o presidente da República, como outros ministros também estão roubando. E o mesmo problema. E difícil. O ministro não vai sair".

"Eu Juruna não quero Nova York, Juruna não quer Paris. Quem quer Paris é o Delfim, o João Batista, o Mário Andreazza, o ministro da Justiça".

Soares: desviar atenções

O deputado Elquisson Soares (PMDB-BA) acusou ontem o presidente da República de silenciar sobre negócios irregulares praticados por um de seus filhos, ignorar as denúncias sobre a corrupção em seu governo e pretender desviar a atenção da opinião pública através da mobilização oficial para cassar o mandato do deputado-cacique Mário Juruna, "que não domina perfeitamente o significado exato de certas palavras da língua portuguesa".

"Se o presidente da República não quisesse ser um falso catão — disse o deputado na sessão do Congresso realizada na manhã de ontem — teria que explicar à sociedade brasileira de como podem integrantes de sua família estar participando de falcaturas praticadas diariamente contra o interesse do País.

Há um filho seu — disse Elquisson Soares — arrolado no processo da Capemi e eu possuo documentação comprovando essa participação e coloco à disposição do presidente, se ele quiser".

O deputado pelo PMDB esclareceu que "a empresa de que faz parte o filho do presidente comprava madeira em Tucuruí, que, segundo dados oficiais, custava Cr\$ 31,00 o metro cúbico, por Cr\$ 9,00". Elquisson Soares considerou que ele dava ao filho do presidente o direito de refugar a madeira que julgasse inadequada, direito que ele exerceu em 90% das vezes, ficando o refugio para ele próprio, tudo segundo os termos contratuais.

O deputado Elquisson Soares acrescentou que "uma firminha com contrato social de 28 milhões de cruzeiros fazia contratos com a Capemi, com cobertura oficial, da ordem de 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros, e concluiu advertindo que o presidente da República, sob pena de proceder como um falso catão, "está no dever de explicar como sua família está participando de um roubo praticado contra o povo".